

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 099

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE AGOSTO DE 1999**
(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 166-DHT-99

Curitiba, em 17.08.99.

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido se autorizar a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor José Polini, no dia 04.09.99, às 19:30 horas, no templo da Igreja Evangélica Assembléia de Deus da Cidade de Ponta Grossa, sito à Rua do Rosário, 1258, ocasião em que o homenageado, será congratulado pelos quinze anos de atividades ministeriais, naquela localidade.

Saliento que o presente Título de Cidadania Honorária foi consignado ao homenageado através da Lei nº 12.491 de 20.01.99, publicada no Diário Oficial nº 5430, em 05.02.99.

Diante do exposto, certo de contar com vossa preciosa compreensão, reitero na ocasião, votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 16/99, de minha autoria que tem por objetivo alterar o art. 169 da Resolução 159/90, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 083/99, que versa sobre a política de tratamento dos portadores de diabetes e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 236/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Zuk, que visa estender aos professores ativos e inativos das instituições de Ensino Superior, Classe Titular, Nível IV, a gratificação de incentivo concedida pela Lei nº 11.717 de 07 de maio de 1997.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 422/99, de autoria do Deputado Beto Richa, ao Projeto de Lei nº 406/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo que tem por objetivo dispor sobre a redistribuição da quota estadual do salário educação - QESE entre o Estado e seus municípios, por tratar-se de matéria igual.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, propõem à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada manifestação desta Casa às autoridades próprias - nominadas em lista anexa - defendendo a permanência do Consulado Geral da República Federal da Alemanha em Curitiba, com jurisdição sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Essa representação consular atende a uma importante região do Sul do Brasil, onde habitam mais de 2,5 milhões de alemães e descendentes, além de abrigar mais de cem mil titulares de passaportes emitidos pela Alemanha e apresentar um vigoroso e crescente intercâmbio econômico entre o Brasil e Alemanha, em razão do fluxo comercial de importação e exportação, investimentos diretos, assistência técnica empresarial e programas de educação, cooperação técnica e similares.

A presença germânica, outrossim, foi significativa para o povoamento e colonização do conjunto dos dois Estados meridionais do Brasil - como está documentado nos registros históricos: dos alemães recebemos influências étnicas e culturais sem conta na agricultura, técnica comercial e industrial, sistema educacional e expressão religiosa, entre outras.

Doutro lado, entendemos as razões que movem as autoridades da República Federal da Alemanha em estudar medidas de contenção fiscal, mas pedimos considerarem a realidade da presença germânica entre nós, a justificar plenamente a manutenção em funcionamento dessa Representação Consular - cujos encargos são amplamente compensados por sua operosa contribuição ao incremento das relações econômicas e sociais entre ambos os nossos povos.

Requerem mais que desta manifestação seja dada ciência às autoridades congêneres de Santa Catarina, para idêntico posicionamento.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Geraldo Cartário, Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de convite oficial, da Presidência desta Casa de Leis, ao Senador Roberto Requião para que venha expor sobre as finanças do Estado ao final de seu governo e analisar a atual gestão financeira do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(aa) ÂNGELO VANHONI, RICARDO CHAB, HERMES FONSECA, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMIR BIER, BETO RICH, LUIZ CARLOS ZUK, DIVANIR BRAZ PALMA, ORLANDO PESSUTI, MOYSÉS LEÔNIDAS, WALDYR PUGLIESI, PÉRICLES MELLO, EDSON STRAPASSON, EDGAR BUENO, GERALDO CARTÁRIO, IRINEU COLOMBO, CHICO NOROESTE, EDNO GUIMARÃES E PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar à família do Senhor Antonio Malachini, falecido nesta data, em Curitiba.

O referido tinha 82 anos de idade e deixa viúva a Senhora Eridam Ribas Malachini, e os filhos Antonio Carlos, Maria Amélia e Carmem Lúcia, além de genros, noras e netos.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao SINDESP/PR - Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Rua Lourenço Pinto, 196 - Ap. 508 - Ctba), pela realização da III Feira Internacional de Segurança, nesta Capital, de 04 a 06 de agosto últimos.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Realizou-se entre os dias 06 a 08 de agosto de último nesta Capital, a SULSEC 99 - III Feira Internacional de Segurança.

O evento, que contou com a participação de diversas empresas de vigilância do Estado, foi de grande importância e teve o Dr. Cláudio Neves - Presidente da FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores discursando em sua abertura.

As empresas de vigilância, no Brasil, constituem-se num dos mais importantes segmentos da economia, com cerca de 1.500 empresas e um contingente de aproximadamente 500 empregados, sendo o 2º pólo arrecadador de tributos do País, com mais de 700 milhões de reais por ano.

Junto com a Feira de Segurança, ocorreu o Congresso Internacional de Segurança Patrimonial, patrocinado pelo SINDESP, assim como o Congresso Paranaense de Segurança no Trabalho, patrocinado pelo SINTESPAR - Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado do Paraná e o Seminário Sul Brasileiro de Prevenção e Combate a Incêndio, patrocinado pela ABPI - Associação Brasileira de Prevenção de Incêndio.

No que diz respeito à segurança privada, as instituições estão voltadas ao aprimoramento profissional, de modo que possam, cada vez mais, proporcionar serviços de melhor qualidade, uma vez que as mesmas são uma extensão dos organismos policiais, responsáveis pela segurança pública, de acordo com o prescrito na Constituição Federal. Apesar destes profissionais não serem polícia, realizam atividades voltadas para a prevenção do crime em ações complementares, o que os leva a buscar diuturnamente seu aperfeiçoamento.

Pela realização deste importante evento, que, com certeza, é um grande passo ao aperfeiçoamento destes profissionais, receba o Doutor Jefferson Simões - Presidente do SINDESP/PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Ilustríssimo Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, pela sua reeleição à Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado sito à Av. Cândido de Abreu, 200 CEP: 80530-902 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem, tem por objetivo, parabenizar o Ilustríssimo Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, pela sua reeleição à Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

O Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, ou Carvalhinho como é conhecido, é sem dúvida um dos maiores nomes do empresariado paranaense, e com certeza um dos mais preparados para assumir tão importante posto.

Além de ser reconduzido ao cargo de Presidente da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, Carvalhinho preside o Conselho Empresarial Brasil-Paraguai, é um dos signatários do acordo que criou o MERCOSUL, e é o Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE).

Face ao exposto, e considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, em prol da comunidade paranaense, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de congratulação ao homenageado.

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Doutor José Carlos Gomes de Carvalho, por sua reeleição como Presidente da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP).

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor aos Vereadores Araslei Cumin e Dinarte Pedroso, da Cidade de Rio Branco do Sul, assim como ao Excelentíssimo Prefeito daquele município Senhor João Dirceu Nazari, pela apresentação e aprovação do projeto de lei, que criou no dia 16 de outubro, O Dia do Evangélico, naquele município.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento aos homenageados sito à Rua Domingos Alessandro Nodari, 52 CEP: 83540-000 - Rio Branco do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor ao Coronel Donizete Carlos Ribeiro, por sua condecoração como Cidadão Honorário da Cidade de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a moção de irrestrito apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Desembargador Gil Trotta Telles, ilustre jurista dotado de relevante saber jurídico e o único candidato do Estado do Paraná a concorrer ao cargo de Ministro do egrégio Superior Tribunal de Justiça, nas vagas surgidas em decorrências das aposentadorias dos Ministros Luiz Vicente Cernicchiaro e Demócrito Reinaldo.

Requer, também, que seja dado ciência aos Exmos. Ministros do Superior Tribunal de Justiça, ao Exmo. Ministro da Justiça e ao Exmo. Presidente da República, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a manifestação dessa Casa Legislativa junto ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, apelando para que seja mantido o seu Consulado-Geral, na Cidade de Curitiba, pelas razões adiante expostas.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O Governo da Alemanha está ideando o fechamento de algumas de suas representações consulares em diversos países, com a pretensão de reduzir custos em sua administração governamental. E nesse rol de consulados passíveis de fechamento, consta a unidade diplomática de Curitiba, aqui existente desde 1953.

Na área de atuação do referido consulado, existem aproximadamente 2,5 milhões de alemães, e nesse universo, a citada representação consular dá assistência direta a quase vinte mil cidadãos alemães e a cerca de sessenta mil cidadãos de dupla cidadania.

Notadamente, soma-se a razão anterior, o expressivo parque industrial de empresas alemãs, como a VW/Audi, Bosch, Siemens, Daimler-Chrysler, Tritec (Daimler-Chrysler/BMW Fábrica de Motores), Trützschler, Continental, entre outras tantas.

Ainda, na esteira das razões que justificam a continuidade do funcionamento do consulado, avulta a questão dos convênios de cooperação técnica-financeira existentes entre o Estado do Paraná e o Governo alemão. Destacando-se entre estes, o financiamento de vinte milhões de marcos alemães pela "Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)", para a preservação ambiental no Projeto da Mata Atlântica.

E, não menos, a representação diplomática alemã em Curitiba, é a via mais próxima e mais fácil para estabelecer contatos com o Governo alemão", e de caminho, chegar a sua superlativa economia, a qual, na atualidade européia, é a mais expressiva do mercado comum do continente. Por conseguinte, essa facilidade sobredita, proporcionará um melhor fomento ao intercâmbio e no estabelecimento de interesses econômicos, culturais, científicos e de ajuda de desenvolvimento.

Indubitavelmente, caso ocorra o fechamento da unidade consular, em Curitiba, a população paranaense e catarinense terá muitos transtornos e prejuízos, considerando que, para conseguir vistos e/ou outros termos do Governo Alemão, vai precisar se deslocar para outras unidades da Federação, onde existe um escritório diplomático.

É por estas e outras razões, que toda a sociedade paranaense tem a necessidade de mobilizar-se no sentido de demover as autoridades governamentais alemãs da proposta de fechar a sua corporação diplomática na capital paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de cópias do discurso proferido na tribuna desta Casa, no dia 18 de agosto de 1999, por este Parlamentar, às seguintes autoridades: Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temmer; Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan e ao Presidente da República, Exmo. Sr. Dr. Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A nossa intenção em ampliar o debate sobre as questões levantadas no discurso para outros fóruns além desta Casa é para mostrar que nós paranaenses, assim como todos os brasileiros, esta-

mos preocupados com o encaminhamento da Política Econômica, com o emprego, com as altas taxas de juros e as mazelas provocadas pela famigerada Consolidação das Leis Trabalhistas e os problemas da agricultura e assim tentamos fazer a nossa parte sugerindo propostas de mudanças.

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de reiterar o pedido da Sra. Adonaide Lourenço da Cruz, já feito através de nosso Requerimento LCM/AL/17.615 de 03 de maio do corrente, referente a limpeza de uma valeta existente na rua em que reside. Infelizmente até a presente data o pedido não foi atendido. Na oportunidade sugeriu-se o manilhamento da valeta. Hoje, a situação ficou mais crítica ainda, ocorreu procriação de ratos e o encanamento de sua residência está praticamente comprometido. Anexo encaminhamos a cópia do requerimento acima mencionado.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Conjunto Sítio Cercado IX/X, localizado no Bairro Alto Boqueirão, proximidades dos Conjuntos Érico Veríssimo e Euclides da Cunha. O crescimento assustador de roubos e arrombamentos nas residências tem deixado os moradores em pânico. Recebemos um fax, o qual segue anexo para conhecimento da grave situação em que se encontra aquele bairro. A população também quer saber uma posição quanto a construção de um batalhão próximo ao Posto de saúde do Conjunto Érico Veríssimo. Quando tomaram conhecimento do futuro batalhão, tiveram alento pois passariam a ter segurança, mas até a presente data, a construção não aconteceu. Pedimos urgência no atendimento desta solicitação e ficamos no aguardo de informações quanto à construção do referido batalhão.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Av. das Torres, mais especificamente no ponto de ônibus existente em frente à favela. Diariamente os funcionários do Hipermercado Big são assaltados, sendo que até os seus uniformes são roubados. A situação é realmente crítica e necessita urgentemente de policiamento no local.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Neusa Policarpo, residente à Rua Manoel Eufrásio nº 240, ap. 2, Bairro Juvevê, que pede a troca de lâmpadas queimadas na Av. Principal de Pontal do Sul, Av. Beira Mar, ao lado do bailão ali existente e de um hotel. Há muito tempo as mesmas estão queimadas, vários pedidos já foram feitos à essa Municipalidade pelos proprietários e moradores do Balneário desde o verão passado, porém sem sucesso. À noite, a escuridão é total, tornando o local perigoso. Se necessário, recomendamos contato com o Sr. Antonio Policarpo pelo telefone 252-6751.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica denominada Professor Vidal Vanhoni a Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, suas dependências e anexos, localizadas no 5º andar do Palácio XIX de Dezembro.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de homenagear um ilustre para-

naense, nascido em Paranaguá, o Professor Vidal Vanhoni.

Filho de Joaquim Vanhoni e Dona Maria Mantovani Vanhoni, Vidal Vanhoni nasceu em 7 de março de 1921. Foi alfabetizado aos 15 anos, tendo cursado o primário e o secundário naquela cidade do nosso litoral. Em Curitiba, no ano de 1945, diplomou-se Bacharel pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e, no ano de 1950, recebeu o grau de Bacharel de Direito, pela Faculdade de Direito da referida Universidade.

Foi vereador na Câmara Municipal de Paranaguá, professor secundário e um notável Secretário de Estado da Educação durante os anos de 1958 e 1959.

Eleito Deputado Estadual para a Quarta Legislatura (1959/1963) e Quinta Legislatura (1963/1967), Vidal Vanhoni teve um papel importante neste Poder Legislativo, destacando-se em defesa dos mais justos anseios da comunidade paranaense. Fruto do seu desempenho parlamentar e poder de liderança foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa para a 3ª Sessão Legislativa (1961). Participou, também, das Comissões de Instrução Pública, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Constituição e Justiça.

De sua união com Valéria de Souza Vanhoni, nasceram seis filhos: Angelo Vanhoni, ex-vereador de Curitiba e hoje um dos mais brilhantes parlamentares com assento nesta Casa de Leis, Vidal Filho, Valério, Joaquim, Maria Ângela e Juliana.

Além de Secretário de Estado da Educação, Vidal Vanhoni foi professor de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná, professor da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, sendo Secretário de Estudos Sociais da Fundação até o final de sua vida.

Vidal Vanhoni, apesar do seu sucesso como Parlamentar, sempre se considerou um professor, sempre revelou o seu orgulho de ter atuado com muito amor nesta nem sempre valorizada profissão, o que fortalece a nossa proposição que visa denominar com o seu nome, ilustre homem da cultura paranaense, a Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 443/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Altos Do Igapó, que compreende os seguintes bairros: Parque-Guana-
bara, Jardim Claudia, Bela Suíça, Morada do Sol,

Quinta da Boa Vista, Residencial do Lago e Chácaras Adjacentes, com sede e foro no Município de Londrina, PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18.08.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Altos do Igapó, AMAI, com sede e foro no Município de Londrina, PR, o fazemos consciente da necessidade dessa entidade para com a comunidade, sendo o objetivo básico congregar os habitantes do bairro em torno de seus interesses fundamentais, buscando soluções para seus problemas, promovendo o desenvolvimento comunitário, bem como o da comunidade em que o mesmo está inserido e proporcionando a seus associados condições favoráveis para plenas realizações das funções de habitar, trabalhar, recrear e de se desenvolver.

PROJETO DE LEI Nº 444/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo, obrigado a publicar no Diário Oficial do Estado, no prazo de trinta (30) dias de sua efetivação, todos os pagamentos realizados pelos seus órgãos da administração direta e indireta do Estado, a qualquer título.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade dar respaldo a administração pública na execução orçamentária.

Por motivos, os mais diversos, são levantados suspeitas nos pagamentos efetuados pelo Estado, sem que tais boatos tenham qualquer fundamento. Prevalece a versão dos fatos, sobre a verdade.

Publicando-se no Diário Oficial do Estado todos os pagamentos feitos, a qualquer título, pela administração pública, a transparência que tem pautado o atual governo, estará a salvo da maledicência, dos que se ocultam na dúvida para estabelecer a desconfiança.

Assim ao prever a publicação dos pagamentos no Diário Oficial do Estado, o presente projeto mostra com clareza os atos do Governo do Paraná, não permitindo que sobre os mesmos paire qualquer ressalva.

E por estes motivos, que nosso pleito, certamente, encontrará ressonância nesta Casa de Leis, a qual, aprovando nossa proposição, estará resguardando a administração estadual.

PROJETO DE LEI Nº 445/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Arindiana Jones, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Ecológico Arindiana Jones - Emoções e Turismo, neste Estado, foi fundado em 1º de fevereiro de 1996, constituindo-se na forma de associação civil, sem fins lucrativos, com foro e sede na Cidade de São José dos Pinhais, à Rua Prof. Quirino dos Santos, 13, no bairro Afonso Pena.

É uma entidade que tem por objetivo desenvolver ações, visando a proteção, conservação e preservação de áreas naturais, pugnando pelo uso racional de recursos naturais e preservação de valores paisagísticos, culturais, históricos, éticos e estéticos, com vistas a garantir a integridade dos processos naturais, recuperação de áreas degradadas, turismo ecológico e educação conservacionista da população.

Sua duração é por prazo indeterminado, seus diretores não são remunerados e encontram-se no regular funcionamento de suas atividades.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade requerente está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 446/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pinhal - ASCOPI, no Município de Mariluz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na estrada velha para Goioerê, km 7, na Cidade de Mariluz, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pinhal, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Bairro Pinhal, situado no Município de Mariluz, tem por finalidade: identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores a fim de que eles adquiram condições de solucionar seus problemas comuns, objetivando sua autonomia; congregar todos os moradores da comunidade, sem distinção de raça, cor, sexo, etnia, religião, idioma, ideologia política, origem, situação financeira ou qualquer outra diferença que ocorra na comunidade, a fim de atender os anseios da comunidade num todo; buscar os recursos institucionais disponíveis de âmbito federal, estadual, municipal ou particular para a execução de seus programas; reivindicar melhorias, reparos ou implantação de serviços de transporte, saúde, educação e segurança; desenvolver trabalhos em parcerias com a EMATER buscando melhoria da renda e elevação dos padrões de vida das famílias rurais, no aperfeiçoamento da formação profissional dos agricultores; contribuir para reduzir o êxodo rural, mediante a infra-estrutura de habitação, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional nas atividades agropecuárias; estimular o desenvolvimento da consciência associativa, da produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos; adquirir e manter conforme os interesses da população equipamentos sócio-comunitários.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 447/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade do Arenito Caiuá, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, reunida e interligada à Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de até um ano da publicação desta lei, enviará anteprojeto de lei dispondo sobre a forma de incorporação da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e dos mecanismos para a implantação e funcionamento da Universidade que se refere neste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A grande participação da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, em todos os campos da sociedade do Município de Paranavaí e em toda a Região Noroeste do Estado, mostra a todo o Estado do Paraná a enorme capacidade funcional, material e moral da entidade, para a instituição da Fundação Universidade do Arenito Caiuá em suas dependências e sob sua responsabilidade.

Acompanha esta justificativa um farto material que documentam a necessidade e a potencialidade da criação da Fundação Universidade do Arenito Caiuá, que, temos a certeza, levará grande progresso a toda a Região Noroeste do Estado do Paraná.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Início está minha intervenção na tribuna desta Casa, lembrando os versos tantas vezes cantados pelo nosso saudoso Luiz Gonzaga. Abro aspas "Oh, doutor uma esmola para um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia ou cidadão". Fecho aspas.

A intenção do Senador Antônio Carlos Magalhães de acabar com a pobreza com uma canetada,

através de lei que tira dos ricos para dar aos pobres, é vista com muito simpatia e louvor. Porém não é bem isto que o povo espera do Governo Federal e dos políticos do Congresso Nacional. O que a sociedade brasileira aguarda com ansiedade são as reformas fiscais, tributárias e Previdenciária e mudança no modelo econômico aplicado pelo Ministério da Fazenda, além de alteração das regras do CLT que dificulta a vida dos trabalhadores e dos empregadores.

Hoje, no momento em que o empresário pensa em dar emprego já vem a sua mente as complicações da velha e anárquica CLT que onera o custo social da empresa sem, no entanto beneficiar em nada o empregado. Ao mesmo tempo, o empresário é esfolado por taxas de juros que são verdadeiro assalto contra a população. E o compromisso da política econômica com Fundo Monetário Internacional é mais um fato da quebradeira dos empresários grandes, médios e pequenos, dos agricultores, caminhoneiros, prestadores de serviços autônomos, servidores públicos e comerciantes em geral. Uma situação tão angustiante que até mesmo o humor e graça do povo brasileiro estão se esgotando. basta conferir o baixo índice de audiência dos programas humorísticos.

O Paraná, ainda que não estejamos longe da realidade do País, tem o conforto de contar com pessoas de bem, dirigentes do setor de comunicações sociais, sensíveis e intelectuais preocupados com o nosso destino. É o caso, por exemplo, do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-Presidente da Gazeta do Povo e TV Paranaense Canal 12, com suas campanhas sempre com sucesso, defendendo o Paraná, seja na economia, na política ou na cultura. O Dr. Paulo Pimentel com suas organizações sempre a serviço da comunidade paranaense. O equilíbrio e sensibilidade do Dr. Abdo Kudri que está comemorando 50 anos de jornalismo, do Dr. Odone Martins Forte sempre em defesa do nosso empresariado. Do Dr. João Milanez, da Folha do Paraná engrandecendo todo Estado. Do Dr. Rodrigo Barroso Diretor Presidente do Jornal do Estado, filho do saudoso Dr. Roberto Barroso Filho, sempre divulgando a cultura paranaense, do Dr. José Marcos Formighieri participando na condução do desenvolvimento do Oeste, através do seu jornal Gazeta do Paraná e ainda do Dr. Baltazar Eustáquio de Oliveira com sua tribuna do Norte sempre prestigiando a região. Do Dr. Luiz Mussi, da TV Exclusiva fazendo um trabalho sério e buscando debater novas perspectivas para os paranaenses, e ainda a postura do radialista Gildo Alves da Rádio Atlântica de Cornélio Procópio, e dos Deputados radialistas desta Assembléia Legislativa com o engajamento sério e sistemáticos nas questões paranistas, como os Deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Carlos

Simões, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti e Renato Gaúcho. E ainda o otimismo de um dos nossos maiores líderes empresariais, José Carlos Gomes de Carvalho, o nosso Carvalhinho. Além do desempenho dos presidentes do Tribunal de Justiça Desembargador Dr. Sidney Ditrich Zapa e Tribunal de Contas Dr. Quielse Crisóstomo da Silva. Temos, sobretudo, o nosso Governador Jaime Lerner, três vezes prefeito de Curitiba, Governador reeleito que fez a maior transformação da história deste Estado principalmente em termos industriais, colocando o Paraná entre os Estados que mais se destacaram nesta área nos últimos cinco anos.

Tudo isto somado ao conjunto do trabalho desta Casa, comandada pelo nosso Presidente Aníbal Khury, com sua macro-visão sobre o Paraná, responsável diretamente por diversas Leis que mudaram para melhor a história deste Estado, como bem lembrou o acadêmico e Desembargador Luiz Renato Pedroso em recente artigo publicado na Gazeta do Povo. E com a participação ativa de todos os Deputados e Jornalistas desta Assembléia faz do nosso Paraná um Estado diferente, com problemas sim, mas, com esperança e fé, com muito suor no rosto e com vontade de trabalhar.

Ao longo da implantação do Plano Real, as taxas de juros atingiram níveis insuportáveis. Os agiotas financeiros nacionais e internacionais encurralam milhares de brasileiros com sua aplicação de taxas de juros que cheira a ladroagem mesmo. E o que isto representa para o cidadão comum, aquele que utiliza o limite do seu cheque especial, cartões de crédito, compra a prazo no comércio, empréstimos pessoais, financiamento para a agricultura e para indústria?

Hoje, um servidor público que no desespero busca no empréstimo pessoal uma saída para honrar suas contas não sabe que na realidade ele está armando sua própria armadilha. Se somar o que vai pagar de juros, (13,55% ao mês, sendo 359,46% a ano), sabe que será difícil o pagamento. Daí para saldar os compromissos começa vendendo o carro, depois a casa e depois o desespero é maior ainda. É insuportável conviver com uma taxa de juro na ordem de 359,46 por cento neste País.

Para se ter idéia os encargos dos cheques especiais alcançam 12,59 por cento ao mês, em média, chegando a 314,95% anuais, enquanto que a inflação projetada para este ano deverá ultrapassar os 10% por cento. Então eu pergunto é possível ao cidadão conviver com esta taxa de juros de 314,95% ao ano?

Isto acontece porque os agiotas financeiros tentam descarregar em cima do cidadão o seu receio de perdas com inadimplência compensando sobre os bons pagadores os riscos sobre aqueles que não

conseguem honrar com o contrato devido aos juros que são verdadeiro roubo no bolso do cidadão.

E os cartões de crédito? Hoje utilizado por milhões de brasileiros que se quer sabem os riscos que estão correndo ao lançar mão de tal financiamento. Neste caso os juros mensais cobrados passa de 12,74 por cento ao mês e fecha o ano na casa dos impressionantes 321,63 por cento. Como o brasileiro pode sobreviver com tanta agiotagem?

E o senhor Pedro Malan o que faz diante deste assombroso caso? Nada! Absolutamente nada! Como se vê senhores estamos diante de uma verdadeira calamidade. Senão vejamos: estes encargos financeiros representam oito vezes superiores a taxa SELIC, no comércio, mais de treze vezes no caso dos cartões de crédito e mais de 16 vezes se referindo a empréstimos pessoais contratados em financeiras. Um assalto!

Não há no planeta caso semelhante ao Brasil! Uma empresa que se dispõe a pagar estas malucas taxas de juros tem que ser gerenciado por louco ou desonesto por que o retorno entre o empréstimo e o lucro jamais será compatível. Os resultados estão aí: A ausência de investimento a baixa qualidade de produtos e serviços e principalmente o desemprego.

A picaretagem dos agentes financeiros atinge, além dos brasileiros desesperados em busca de dinheiro, o próprio Governo, uma vez que os serviços da dívida pública é uma importante e angustiante despesa que recai sobre todos nós cidadãos brasileiros. E na agricultura? As dívidas agrícolas, somados os juros impagáveis, são a maior causa do desemprego no campo. De acordo com dados do censo agropecuário de 1996, quase seis milhões de trabalhadores ocupados na atividade agrícola perderam o emprego entre 1985 e 1996.

Tudo isto sem contar que inviabilizadas pelas altas taxas de juros e pelo pouco caso da política econômica neste mesmo período, 1985 e 1996, quase um milhão de propriedades rurais foram extintas, 96 por cento delas com área inferior a 100 hectares. A falta de investimentos, mais os juros abusivos em cima dos agricultores pelo sistema financeiro, esta arapuca maldita, estão levando ao caos o nosso Brasil da agricultura e atinge principalmente o Paraná, Estado agrícola por natureza e vocação histórica.

(Utiliza o Horário de PSL)

Nós vivemos num país onde a agricultura ocupa uma área maior do mundo. E o reflexo de tanto roubo sobre o Brasil Rural está aí no caminho que chegou a Brasília para protestar contra a falta de investimento e, sobretudo, as taxas de juros que levam os produtores rurais a profunda aflição. E o Senhor Pedro Malan o que faz? Nada! Absolutamente nada! Enquanto isto, mais sangue para os agiotas nacionais e internacionais.

Ainda bem senhores Deputados que aqui no Paraná este povo ordeiro e trabalhador busca na sua fé e esperança uma saída para o sufoco que é o suor que escorre de seus rostos.

Dê condições aos Paranaenses que nós vamos ajudar o Brasil a sair da crise.

Não poderia concluir este pronunciamento sem deixar aqui nossa modesta contribuição no que diz respeito a sugerir, mesmo que seja apenas sob a ótica política, pois o tema necessita de mais embasamento técnico, medidas realistas que sob o ponto de vista do óbvio contribuam na ajuda da retomada do desenvolvimento neste País, com a volta dos investimentos nos setores produtivos, com geração de empregos e de qualidade de vida dos cidadãos nos municípios brasileiros. São duas as principais questões que alavancariam a Política Econômica para tirar o país da crise. São elas:

1º - Revisão atualizada da arcaica Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, pelo Congresso Nacional, com participação das entidades de classe empresárias e de trabalhadores numa ampla discussão nacional.

2º - Uma postura firme do Ministério da Fazenda, através da fiscalização do Banco Central, para coibir e pôr fim a ganância da agiotagem financeira no País, estabelecendo um limite do custo do financiamento em pelo menos 20 por cento ao ano nos juros, em todas modalidades de financiamentos.

Ao nosso ver, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas com estas duas medidas emergenciais poderíamos experimentar já, de imediato, como acabei de dizer, a retomada do desenvolvimento, garantindo mais empregos aos cidadãos e os avanços sociais. As prefeituras, hoje falidas, desoneradas de mais impostos ou imposto novo, poderiam resolver problemas sociais, uma vez que a arrecadação do ICMS e o Fundo de Participação no Mínimo dobrariam.

Assim como o imposto do Fim Social sendo distribuído diretamente aos municípios proporcionalmente ao número de habitantes, teríamos a garantia de que poderia se oferecer aos cidadãos melhores serviços de Educação, Saúde, Transporte, Saneamento Básico e tantos outros.

Fortalecendo os municípios estaremos fortalecendo o Estado e o País. E igualmente estaremos deixando forte o exercício da cidadania. Finalmente Senhor Presidente, pedimos aos Senhores Deputados, a recomendação de que este pronunciamento seja transformado em Requerimento Oficial desta Casa, e, caso aprovado, seja remetido ao Presidente da Câmara Federal, o Deputado Michel Temer, ao Presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, ao Ministro da Fazenda Pedro Malan e, especial-

mente, ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

(Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o douto Plenário, envio de cópias do discurso proferido na Tribuna desta Casa, no dia 18 de agosto de 1999, por este parlamentar às seguintes autoridades: Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer; do Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan e ao Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Dr. Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 18.08.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A nossa intenção em ampliar o debate sobre as questões levantadas no discurso para outros fóruns além desta Casa é para mostrar que nós paranaenses, assim como todos os brasileiros, estamos preocupados com o encaminhamento da Política Econômica, com o emprego, com as altas taxas de juros e as mazelas provocadas pela famigerada Consolidação das Leis Trabalhistas e os problemas da agricultura e assim tentamos fazer a nossa parte sugerindo propostas de mudanças.”

O Sr. Orlando Pessuti

Me permite um aparte?

(Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pela análise que faz acerca da política econômica desse país e das suas maldades em cima do setor produtivo rural e é muito oportuno que Vossa Excelência se pronuncie na tarde de hoje, porque a esta hora, certamente, na Câmara dos Deputados, o requerimento de urgência urgentíssima para votação do projeto que prevê a renegociação da dívida dos produtores rurais deve estar sendo discutido para votação ou votado.

É necessário que nesse momento apoiemos vossa Excelência porque reveste-se de fundamento e de razão e para que possamos deixar bem claro aquilo que muitas pessoas e até órgãos de imprensa vem colocando, a respeito de que essa tentativa que faz a Frente parlamentar da Agricultura em defesa do produtor rural, nada mais é do que estimular o calote dos produtores rurais em cima de uma dívida que pesa no lombo desses produtores rurais.

Na realidade, não se está propondo nenhum calote, nenhum perdão de dívida. O que as lideranças do setor produtivo rural estão buscando, é que o Governo reconheça os planos econômicos

maléficos que instituiu e que infelicitaram a vida da produção agropecuária desse País. Que promova-se um recálculo dessas dívidas e que se retire aqueles juros, aquelas multas que pesaram de forma negativa em cima da produção agropecuária e que se dê tempo ao produtor para que ele possa saldar a sua dívida.

Veja Vossa Excelência nesses últimos dias, em função do clima, diversas regiões do Paraná foram acometidas de geadas e muito da produção agropecuária deste ano, no caso do feijão plantado um pouco antecipado, no caso do trigo ainda em fase de crescimento e que serão colhidos neste ano, também serão prejudicados, como no caso da safra do café do ano 2000, também já foi prejudicada. Então, esses produtores rurais que foram atingidos pela geada agora, sem falar do pessoal da fruticultura e dos hortifrutigranjeiros de um modo geral, foram prejudicados alguns em 100% da sua produção.

Esses produtores rurais terão dificuldades sérias nesse ano de 99 e no de 2000 para saldar qualquer compromisso financeiro e isso não representa nenhum calote desses produtores, afinal de contas, foram vítimas de um clima adverso que dizimou as suas lavouras.

Por essa razão não se aceita quando alguns órgãos de imprensa, algumas pessoas vêm a público ou em conversas reservadas, querer dizer que os produtores rurais estão querendo dar um calote de alguns bilhões de reais no Tesouro do Brasil. Na realidade, não há calote. Eles querem que se faça justiça, que se corrija essa conta para que eles tenham condições de saldá-la.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado Pessuti, obrigado pelo seu aparte.

Vossa Excelência vai enaltecer o nosso pronunciamento e no final vamos pedir que seja aprovado pelos Senhores Deputados e gostaria de pedir à Presidência que autorizasse o nosso pronunciamento e o que foi proferido pelo Deputado Orlando Pessuti, que se integre ao nosso discurso, porque se trata de um Deputado que realmente conhece o problema de perto, um Deputado que é do ramo do campo, um veterinário, filho de agricultor, pode, sem dúvida nenhuma, analisar e enaltecer esse pronunciamento que pretendemos seja encaminhado a Brasília.

Concedo aparte ao meu líder, Deputado Edno Guimarães, do PSL. Não estamos falando de outra coisa, a não ser do problema social deste País.

O Sr. Edno Guimarães

Quero agradecer pelo aparte e cumprimentar meu companheiro do Partido Social Liberal e tenho

a satisfação muito grande de fazer parte deste partido junto com o senhor. Quero transmitir aqui a minha solidariedade ao seu pronunciamento, a sua preocupação, um discurso inteligente e também ouvi a interferência do Deputado Orlando Pessuti, homem conhecedor, experiente e que quero agora aproveitar o gancho de colocar a Vossa Excelência o meu ponto de vista também na questão das indústrias que estão atravessando uma das piores fases de todos os tempos. Na minha cidade fizemos um levantamento e lá pudemos constatar que Cianorte que é a Capital do vestuário, que temos uma grande estrutura para a fabricação de confecções de tecidos, neste levantamento, meu caro Deputado Cartário, Senhor Presidente, estamos trabalhando com 50% da nossa capacidade de produção e acho que tínhamos que discutir profundamente esta questão que levanto neste momento, fazer um trabalho junto aos Deputados Federais que a necessidade que temos hoje para os nossos empresários de indústrias não é mais recurso para investimento e sim para capital de giro.

É este o discurso que tenho feito em toda a região onde tenho passado e noto que de fato se conseguirmos abrir o olho do Governo Federal e mostrar ao Ministério da Indústria e Comércio, os Ministérios desta área, podemos ter dinheiro com juro subsidiado e recurso de dinheiro para capital de giro e não tanto mais para investimento. Hoje você busca num banco de fomento qualquer recurso, 70, 80% do recurso é para investimento. Você veja bem que o que está acontecendo em Cianorte hoje, um levantamento, feita uma radiografia de Cianorte e toda a região, lá temos ocioso, parado, maquinário, barracões e também o quadro de funcionários, de profissionais está trabalhando com 50% de sua capacidade, o resto está parado. Se tivéssemos capital de giro, tenho certeza que voltariamos a produzir, não só cianorte, todo o Paraná e todo o Brasil e íamos ter muito mais empregos, situações resolvidas no Paraná. Com isto continuam as falências, as dificuldades no setor industrial, urbano e também no rural como muito bem explicou o Deputado Pessuti.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Gostaria que a Presidência abrisse uma exceção e que pudéssemos continuar porque o nosso pronunciamento nesta Casa, sem um final, apresentamos...

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem)

A liderança do PSL está com o senhor.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Concedo Horário da Liderança do PTB ao Deputado Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Muito obrigado. Porque no final apresentamos algumas sugestões a serem encaminhadas que gostaríamos que os Deputados que queiram participar que também se pronunciassem a este respeito.

Agradeço o aparte e não poderia ser diferente do meu companheiro Edno Guimarães, em se tratando de um empresário do ramo comercial e ele sabe, Senhor Presidente, Senhores Deputados; não tem condição alguma de você pagar 324% de juro ao ano, seja que tipo de atividade, até a venda de água, se você for no banco buscar dinheiro para aquisição de venda de água que é um produto que é de graça para o empresário, mesmo assim ele não tem condição de sobreviver.

Agradeço o aparte do Deputado Edno Guimarães de se tratar, além de empresário, de um ex-Prefeito. E ainda o que mantém o nosso País, o nosso Estado, até hoje conversando com o Deputado Valdir Pugliesi, falava para o Deputado Valdir Pugliesi que a minha interpretação e a realização hoje pessoal de um cidadão político e o fato de ter sido Prefeito. Ontem mesmo pedi ao Orlando Pessuti que estude a possibilidade de ser um Prefeito, porque o cargo de Prefeitura é realmente fantástico para o conhecimento geral que um cidadão tem à frente do seu Município. E o aparte feito pelo meu companheiro Edno Guimarães muito me enaltece. Concedo um aparte ao nosso líder de comunicação do Paraná, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Estou acompanhando atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, acompanhei atentamente o pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, sempre preocupado com a agricultura do meu Estado e do meu País, o Deputado Edno Guimarães falando das grandes empresas e vi Vossa Excelência falar sobre imposto, sobre miséria, etc. Não concordo com criação de novos impostos no País, o brasileiro paga uma carga tributária estorrecedora, apesar que o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães foi retalhado, vai pagar agora imposto quem ganha acima de cento e cinquenta mil reais para ajudar a pobreza do País. Mas não acredito em nada disso, não acredito que a CPMF está indo para salvar a vida de milhares de doentes que estão à porta dos hospitais, não acredito que CPMF vai salvar o hospital das Clínicas de Curitiba, a Santa Casa de Misericórdia de Londrina, o Hospital Universitário de Londrina que atende toda gama da sua região, onde vossa Excelência recebe uma votação esmagadora, não acredito que os hospitais de São Paulo, do Rio serão beneficiados pela CPMF,

não acredito em nenhum imposto que venha beneficiar este ou aquela instituição do meu País. Não acredito porque a cada dia que passa realmente fico cada vez mais confuso, tenho vinte anos de Parlamento e cada vez parece que estou desaprendendo mais. O Presidente Fernando Henrique está com uma desaprovação superior àquela quando o Fernando Collor foi caçado pelo impeachment com 53% e o Fernando Henrique com 59%. Votei em Fernando Henrique por duas vezes, não sei o que está acontecendo neste Governo, não sei se são os seus Ministros, não sei porque tanta guerra, não sei porque tantas intrigas, porque não deixam o homem trabalhar. Porque não se cria, quero até parabenizar o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, lançou uma campanha em todo o Brasil fazendo uma plataforma de Governo que acho a mais justa até hoje, se criarmos empregos vamos acabar com a miséria neste País.

Deputado Cartário, Vossa Excelência que convive ao lado do meu gabinete sabe da procissão de milhares de seres humanos que lá estão. Não consigo salvar o mundo, sou apenas um Deputado, Vossa Excelência é um Deputado, o Deputado foi eleito para fiscalizar o orçamento do Estado, para fiscalizar o Governo do Estado, estamos aqui para cobrar aquilo que o Governador prometeu em época de campanha. Então, digo a Vossa Excelência, assino com Vossa Excelência o seu documento, gostaria que Vossa Excelência acrescentasse nesse documento a plataforma não só do seu Partido, mas dos Partidos: PT, PSDB, PFL e do Partido Trabalhista Brasileiro. Creia, Deputado Cartário, em que o dia que criarmos empregos neste País, vamos exterminar com a miséria. O dia em que exterminarmos com a miséria, vamos exterminar com a violência na Nação brasileira. Acrescente Vossa Excelência, um programa de emprego na sua plataforma, que Vossa Excelência traz a esta tribuna - emprego para o trabalhador de todas as camadas sociais.

O dia em que houver geração de emprego nesse País, tenha certeza Vossa Excelência - líder Geraldo Cartário, eleito pelo voto democrático de milhares de brasileiros do Paraná - Vossa Excelência só tem o "rabo preso" com o seu eleitor e é só a ele que Vossa Excelência deve satisfações - coloque no seu pronunciamento, na sua plataforma, que está aí na tribuna, a criação de empregos na Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o aparte do eminente Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Sou testemunha todo dia, de que pessoas que prefeririam ter o suor na testa, mas como a nossa política econômica e financeira não permite esse suor na testa, eles ficam no seg-

undo andar, no gabinete do Deputado Alborghetti, buscando um pequeno auxílio para chegar em casa e poder alimentar a sua família.

O Deputado Alborghetti é uma referência do social nesse País, do nosso Estado. Ele, que hoje para muitos não é mais só aquele Deputado que fala bonito e com verdadeiro espírito patriótico e sem medo. Hoje, além disso, o Deputado Alborghetti é uma referência dentro dos problemas sociais desse País.

Muito obrigado.

Parabéns, Deputado Alborghetti.

Pediria à Presidência desta Casa, que juntasse não só o aparte do Deputado Pessuti, mas também dos Deputados Edno Guimarães e Luiz Carlos Alborghetti, que é um documento que pediremos - vamos pedir - a esta Casa, que o aprove e o encaminhe até os órgãos mais responsáveis, pela balbúrdia e o caótico que está acontecendo, hoje, no nosso País.

Ainda apresento a nossa sugestão, que é sem dúvida uma sugestão do povo do Paraná. Ainda bem, Senhores Deputados, que aqui no Estado do Paraná, este povo ordeiro e trabalhador busca na sua fé uma esperança e uma saída para o sufoco, que é o suor que escorre de seus rostos, dê condições aos paranaenses, que ajudaremos ao Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderia concluir esse pronunciamento sem antes deixar aqui a nossa modesta contribuição, no que diz respeito a sugerir. Mesmo que seja apenas sob a ótica política, pois o tema necessita de mais embasamento técnico. Medidas realistas que somam ao ponto de vista do óbvio, contribuiriam na ajuda da retomada do desenvolvimento desse País. Com a volta dos investimentos nos setores produtivos, com a geração de empregos e da qualidade de vida dos cidadãos dos municípios brasileiros, são duas das principais questões que alavancariam a política econômica, para tirar o País da crise.

Com todo o respeito aqui, Deputado Alborghetti, ao passado glorioso histórico do nosso PTB, que já tive a honra de pertencer, acontece que em minha opinião, na minha humilde interpretação, a primeira coisa para que haja realmente empregos ao nosso povo, seria a revisão atualizada da arcaica Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, pelo Congresso Nacional, com a participação das entidades de classe empresariais e de trabalhadores na ampla discussão nacional.

Segundo, uma postura firme do Ministério da Fazenda, através da fiscalização do Banco Central, para coibir, pôr fim a ganância da agiotagem financeira no País. Estabelecendo o limite do custo, Deputado Edno Guimarães, estabelecendo o limite do

custo de financiamento em pelo menos 20% de juros ao ano em todas as modalidades de financiamento.

Ao nosso ver, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas com essas duas medidas emergenciais experimentar já de imediato, como acabei de dizer, a retomada do desenvolvimento, garantindo empregos aos cidadãos e os avanços sociais. As Prefeituras hoje falidas, exoneradas de mais impostos ou imposto novo, eu também concordo com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, jamais outro qualquer tipo de imposto nesse País.

Poderíamos resolver problemas sociais, uma vez que a arrecadação do ICMS e o Fundo de Participação dos Municípios dobrariam. E os Senhores Deputados sabem que é verdade. Se tivéssemos hoje 20% de juros ao ano, todos sairíamos dando emprego. eu, na minha pedreira, que tem 60 funcionários, sem dúvida, iria para 120 ou 150 funcionários. Mas com juros de 300% ao ano, não tem como. Assim como o imposto, o FINSOCIAL, imposto tão comentado, extorquido, roubado do empresário, aonde que existe esse atendimento social, por exemplo o Município. Ele deveria receber diretamente de acordo com o número de habitantes, de acordo com os seus problemas sociais, deveria receber um recurso diretamente de Brasília às Prefeituras.

No entanto, existem esses passeios, esses passeios, vai para um órgão, outro e no final se paga um FINSOCIAL e esse investimento social é roubado nesses passeios e não chega nunca nesses municípios onde deveria atender o povo mais pobre.

Encerro o meu pronunciamento, assim como o imposto do FINSOCIAL sendo distribuído diretamente aos municípios, proporcionalmente ao número de habitantes, iríamos dar garantia de que poderia se oferecer aos cidadãos, melhor serviço na educação, saúde, transporte, saneamento básico, etc.. Fortalecendo os municípios, estaríamos fortalecendo o Estado e o País. Igualmente estaríamos deixando forte o exercício da cidadania.

Finalmente, Senhor Presidente, pedimos aos Senhores Deputados, a recomendação que esse pronunciamento seja transformado em requerimento social desta Casa. Caso aprovado, seja remetido ao Presidente da Câmara Federal, o Deputado Michel Temer; ao Presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães; ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan e especialmente - não poderia ser diferente - ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Senhor Elio Rusch, no Pequeno Expediente.

O SR. ELIO RUSCH

É um prazer muito grande estar aqui nesse momento, transmitir esta mensagem aos Deputados do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, o Estado do Paraná, o Brasil e todo o mundo, vivem momentos de dificuldades. Dentro das atuais dificuldades, procura cada governo adaptar a sua máquina administrativa, e o Governo da Alemanha também procura fazer a sua contenção de despesas e com isso fechar alguns consulados e algumas casas diplomáticas dos mais diversos países, onde existe a relação Alemanha com outros países.

Por esta razão, Senhor Presidente, apresentamos na sessão de hoje, um requerimento - existem dois requerimentos, um é nosso, tem outro, subscrito pelo Deputado Neivo Beraldin, Anibal Khury e outros Deputados - que fazemos questão de ler.

(Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a manifestação dessa Casa Legislativa junto ao Ministério da Relações Exteriores da Alemanha, apelando para que seja mantido o seu consulado geral na Cidade de Curitiba, pelas razões adiante expostas.

Sala das Sessões em 17.08.99.

(a) ELIO RUSCH

Deputado Estadual

DAS RAZÕES

O Governo da Alemanha está ideando o fechamento de algumas de suas representações consulares em diversos países, com a pretensão de reduzir custos em sua administração governamental. E nesse rol de consulados passíveis de fechamento, consta a unidade diplomática de Curitiba, aqui existente desde 1953.

Na área de atuação do referido consulado existem aproximadamente 2,5 milhões de descendentes de alemães, e nesse universo, a citada representação consular dá assistência direta a quase vinte mil cidadãos alemães e a cerca de sessenta mil cidadãos de dupla cidadania.

Notadamente, soma-se a razão anterior, o expressivo parque industrial de empresas alemãs, como a VW/Audi, Bosch, Siemens, Daimler-Chrysler, Tritec (Daimler-Chrysler/BMW Fábrica de Motores), Trützschler, Continental, entre outras tantas.

Ainda, na esteira das razões que justificam a continuidade do funcionamento do consulado, avulta a questão dos convênios de cooperação técnica-financeira existentes entre o Estado do Paraná e o Governo Alemão. Destacando-se entre estes, o financiamento de vinte milhões de marcos alemães

pela “Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)”, para a preservação ambiental no Projeto da Mata Atlântica.

E, não menos, a representação diplomática em Curitiba, é a via mais próxima e mais fácil para estabelecer contatos com o Governo Alemão, e de caminho, chegar a sua superlativa economia, a qual, na atualidade européia, é a mais expressiva do mercado comum do continente. Por conseguinte, essa facilidade sobredita, proporcionará um melhor fomento ao intercâmbio e no estabelecimento de interesses econômicos, culturais, científicos e de ajuda de desenvolvimento.

Indubitavelmente, caso ocorra o fechamento da unidade consular em Curitiba, a população paranaense e catarinense terá muitos transtornos e prejuízos, considerando que, para conseguir vistos e/ou outros termos do Governo Alemão, vai precisar se deslocar para outras unidades da Federação, onde existe um escritório diplomático.

É, por estas e outras razões, que toda a sociedade paranaense tem a necessidade de mobilizar-se no sentido de demover as autoridades governamentais alemãs da proposta de fechar a sua corporação diplomática na Capital paranaense.”

“Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou há 23 anos na vida pública. Sempre convicto de minhas ações e de meu trabalho, exercendo-a, sobretudo, com dedicação, perseverança e muita humildade.

Confesso, entretanto, que nessa minha longa militância política, muitas e inúmeras vezes me emocionei diante de fatos, eventos e circunstâncias vividas.

Junta-se a esse pronunciamento de hoje, igualmente, a emoção dessas situações, que se sobrepõe ao raciocínio, em razão da notícia vinculada de que a República Federativa da Alemanha encerraria as atividades de seu Consulado no Paraná, que por extensão atende e abrange o Estado de Santa Catarina.

Venho de uma família com origem germânica. Trago comigo a cultura, a educação e a tradição de um povo que cultiva suas origens e preserva suas raízes. Faço parte das etnias que formam meu Estado. O Paraná é um composto de diversas etnias e nós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como representantes legítimos do povo paranaense, temos o dever de reconhecer a importância de cada imigrante, na história do desenvolvimento e do progresso de nosso Estado.

Somos todos nós igualmente sabedores, que o território paranaense, abriga uma miscelânea de raças que convivem na mais perfeita harmonia. São alemães, italianos, poloneses, ucranianos, holan-

deses, árabes, japoneses, portugueses, entre outros, que encontraram no Paraná a semelhança da Pátria de origem. O imigrante encontrou no Paraná um recanto acolhedor, fértil, convidativo ao trabalho e plenamente capaz de alimentar as esperanças das famílias e até recomeçar uma nova vida em um novo mundo.

A importância, por conseguinte, do Consulado da República Federativa da Alemanha, no Paraná, é inquestionável. A presença física desse País em nosso Estado não pode ser objeto de discussão. A dimensão dos serviços prestados pelo Consulado aos paranaenses e catarinenses são incalculáveis. Por isso só, já somos agradecidos.

Senhores Deputados, o governo alemão não pode fechar suas portas ao Paraná exatamente agora, que o Governador Jaime Lerner, juntamente com o Poder Legislativo, que orgulhosamente também faço parte e represento, estão erguendo as vozes para dizer que o Paraná ocupa posição estratégica em relação ao MERCOSUL.

Não pode o Governo da Alemanha extinguir o seu Consulado justamente agora que estamos divulgando nossas riquezas étnicas e a invejável qualidade de vida, da qual o governo alemão também é partícipe. Não pode o governo alemão fechar as portas do Consulado, quando se divulga internacionalmente que o Paraná é o maior produtor de energia elétrica do Brasil e sua potencialidade sócio-econômica já é conhecida na maioria dos países em desenvolvimento.

Não podemos conceber esta intenção do Governo da República Federativa da Alemanha, em romper oficialmente essa parceria, quando o governo do Paraná se volta a promoção econômica e a geração de oportunidade, visando à atração, à localização, à manutenção e ao desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais e sobremaneira, investindo na promoção humana e social em todos os recantos do território paranaense.

O desenvolvimento sustentado do Paraná, portanto, através das políticas públicas convergentes nas áreas do meio-ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento das cidades, ciência, pesquisa e tecnologia, entre outras sempre enriquecidas com a permanência, como já disse, inquestionável do referido Consulado. Do contrário fica nosso desalento.

A menor divisão geopolítica do País, que é a Região Sul, transformou-se na segunda mais desenvolvida região econômica brasileira em produção de volume de alimentos, graças também a participação efetiva do povo descendente da cultura germânica.

É o Paraná e o Estado irmão Santa Catarina, que detêm a maior população com cultura e tradição originária da Alemanha. É nesses dois

Estados que ela se concentrou e elegeram como segunda pátria-mãe, o Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Consulado portanto, em referência, que tem sob custódia os dois Estados (Paraná e Santa Catarina) que obtém a mais significativa importância dentro do contexto federativo do Brasil, não pode parar suas atividades para o bem-estar das duas comunidades sulinas.

Isto posto, faço nesta Casa o meu veemente apelo, para que Vossa Excelência, Senhor Presidente, em conjunto com sua Excelência o governador do Estado de Santa Catarina intervenham, com urgência urgentíssima, no sentido de preservar essa parceria indispensável para o desenvolvimento e progresso sustentado do Paraná e de Santa Catarina."

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos tendo um dia bastante agitado. Hoje pela manhã tivemos a discussão dos transgênicos onde tivemos posições apaixonadas de um lado e de outro e agora no início da tarde estávamos numa entrevista coletiva com o MST, os advogados do MST, pessoal ligado ao Centro de Direitos Humanos, a CPT, Comissão Pastoral da Terra em que estavam fazendo um comentário a respeito de um documento que entreguei a alguns Parlamentares que é um documento que vem do Gabinete da Corregedoria Geral da Polícia Civil do Paraná, assinado pelo Corregedor da Polícia Civil Anibal Bas-san Junior.

Tornado público recentemente este documento, está causando um certo tremor na polícia. Ele aponta para aquilo que falei há dois meses atrás com relação à irregularidade e ao crime que se cometeu à Cooperativa dos Sem-Terra de Querência do Norte quando da escuta telefônica.

A legislação e a Constituição Federal são muito claras que a escuta telefônica somente é permitida quando solicitada por um agente policial. Agente policial é da polícia civil. E, quando está em processo ou inquérito e, a Juíza Elizabeth permitiu a escuta telefônica ao pedido da Polícia Militar, portanto não tem a competência para fazer o pedido da escuta telefônica e sem inquérito e sem processo em transcurso na comarca. Completamente ilegal, inconstitucional e, pior ainda, baseado neste ato arbitrário e ilegal divulgaram as conversas evidentemente com a versão oficial.

O documento é bastante contundente, fala da Juíza, da irregularidade de todo o processo, diz claramente quem são as autoridades policiais segundo a nossa legislação que tem competência para pedir. Artigo 8º da Lei Complementar nº 14: São autoridades policiais o Delegado Geral da Polícia Civil, os

Delegados de Polícia, os Suplentes de Delegado de Polícia quando em exercício.

Diz ainda o documento: "Por tudo isso que foi dito conclui-se que a interceptação telefônica na Cooperativa dos Sem-Terra de Querência do Norte foi absolutamente ilegal retratando um ato abusivo e arbitrário por parte da Ilustre Juíza de Direito da Comarca de Loanda.

Não foram respeitados os requisitos exigidos pela Lei nº 9.296/96;

O ato foi desnecessário, já que a prova poderia ser obtida por outros meios porque a escuta telefônica foi pedida para saber em relação a um crime de homicídio, mas na divulgação feita pelo Sr. Secretário de Segurança do Paraná, não se tratou de homicídio. Falou de outros tantos assuntos exatamente para colocar criminalmente, colocar à sociedade como uma visão criminológica para cima do MST, vendo no MST um agente criminoso. Não se falou em momento nenhum naquela situação do homicídio.

Outro item, a autorização não foi deferida no curso regular de inquérito policial, conforme determina a lei. O pedido e a pronta autorização não foi realizada por autoridade policial, mas sim por componente da polícia ostensiva. São fortíssimos os indícios de que a interceptação daquele terminal telefônico, embora disfarçado com a carapuça da legalidade em razão da existência da questionável autorização judicial, possui objetivos intrínsecos não autorizados em lei, caracterizando então o crime previsto no Artigo 10 da lei supracitada que é o uso indevido e ilegal da escuta telefônica não para o objetivo específico a que foi feito.

Diz ainda o documento: o judiciário e o Ministério Público, por sua vez, precisam deixar de assumir áreas meramente contemplativas sobre o problema, problema aqui que a Polícia Militar está indo além dos seus poderes, não se esquivando do debate em torno do assunto e passar a assumir uma parcela de culpa que indubitavelmente tem no episódio, além de adotar outras mais legítimas conscientizando-se que deve parar de fornecer à polícia ostensiva os instrumentos para a prática delituosa, desencorajando-as da realização de seu ato próprio.

Por fim, o Estado do Paraná não pode deter mais o estigma do autoritarismo, de ter mais o estigma do autoritarismo e da anarquia. Por derradeiro e por reflexão, o inferno será saber ou reconhecer a verdade depois que já for tarde demais. Curitiba, 7 de julho de 1999 - Luiz Antonio Savataro - Corregedor, Celso Araújo Ramos, Corregedor, Gebrin Netto, Corregedor.

O documento começa mais ou menos no mesmo tom que termina, dizendo assim: vale ressaltar principalmente que no Paraná há muito tempo alguns magistrados já vem chancelando em

desacordo com a legislação inúmeras ações ilegítimas e arbitrárias da polícia ostensiva, indicando indubitavelmente que não é somente a Polícia Civil que patrocina às vezes atos irregulares, utilizando-se de mão-de-obra de pessoas estranhas em seus quadros para o desempenho de atividade própria das polícias judiciárias, como funcionários de prefeituras, os famosos bate-paus.

O documento, Senhores Deputados, é fortíssimo, muito forte até pelo argumento e fundamentado que adota, pelas palavras do ponto de vista da arbitrariedade porque considera o Estado do Paraná um estado que não adota a Constituição como balizador.

O movimento sem-terra foi de forma ilegal tratado pelo Secretário de Segurança, após escuta telefônica como um movimento absolutamente criminoso. A todo momento nós aqui denunciemos que a Elizabete tinha parcialidade e está comprovado mais uma vez no documento do próprio Governo do Estado, da Corregedoria de polícia que o judiciário estava dando suporte às arbitrariedades da Polícia Militar. Inclusive o documento que libera a escuta telefônica foi autorizado antes mesmo de ter feito o ofício, um dia antes a Juíza liberou, está colocado, está nos autos isto tudo. Isto é uma vergonha para nós do Paraná em que o Estado está sendo usado arbitrariamente e além disto tem umas implicações políticas.

Senhor Presidente, requeiro o Horário da Liderança do PT.

(Assentimento)

Veja, o Estado do Paraná tem forçado a sua polícia ostensiva e dado instruções para que se use de métodos exemplares como aconteceu ali na região de Mariluz onde três grupos da polícia especial foram mandados às duas horas da manhã conforme mostra as filmagens para a fazenda, quem assina o comando é um coronel, mas efetivamente a campo não foi o coronel, foi o Major Neves, todo mundo sabe da história do Major Neves, e diga-se de passagem o Governo acertou na medida em que afastou esse Major das operações, pode ver que a clama voltou a reinar. O Major Neves vai na frente com o seu grupo, detenho as fitas, vai na frente com o seu grupo e cada grupo tem um camarada que tira fotografia e filma, tem gravadores para produzir provas para inocentar a polícia, porque eles selecionam as partes que querem divulgar, vai na frente o grupo do Major Neves e atira contra os próprios camaradas de armas, o policial ingênuo lá no quartel foi informado que os Sem-Terras são perigosíssimos, tem armas do exército. Aí alguém grita na multidão, está gravado em fitas: "os Sem-Terras estão atirando". Os dois grupos que estão atrás se desgovernam e passam como cães raivosos pelos barracos de lonas, cria uma situação incontrolável.

No momento em que se acusar o Major Neves que ele fez tal operação, ele prova na fita que o seu grupo que ele comandava não tem problema nenhum, está tudo certo porque ele filmou o outro grupo avançando sobre ele. Uma tática maravilhosa que até agora tem dado certo, mas estamos desmascarando aqui, com o suporte de alguns Juizes que arbitrariamente têm dado suporte para isso. O Estado do Paraná portanto é uma pressão significativa sobre isso, e isso tem causado crises dentro da Polícia Militar, troca de Corregedores, troca de comando da polícia, por quê? Porque ainda temos mesmo dentro da PM, vou fazer algumas ressalvas importantes, inúmeros oficiais, sargentos, PMs, cabos, soldados, mercedores do nosso maior e valioso aplauso, pessoas dignas de estarem fardados e merecem nosso respeito e o nosso apoio, mas em todo lugar evidentemente tem essas pessoas que cometem essas arbitrariedades, mas no Estado do Paraná parece que quem está patrocinando o insulto aos direitos humanos, patrocinando as arbitrariedades, inclusive com anuência do Governo do Estado, conforme os documentos estão sendo mostrados agora.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Nelson Justus, acho que podemos entender Senhores Deputados que na sociedade, a nossa sociedade é uma sociedade em conflito, os conflitos são permanentes, lutamos há muitos anos para estabelecer uma norma jurídica, a qual seja uma referência para dirimir os conflitos na sociedade. Compete ao Estado a manutenção dessa ordem jurídica e todo o processo para que os direitos individuais e os direitos coletivos sejam preservados quando qualquer arranhecimento da norma jurídica seja instalada na sociedade. Agora, o que não se pode aceitar é que o Estado seja o impulsionador do rompimento da ordem jurídica, do desrespeito à Constituição do Estado. Pergunto-me a qualquer dos Senhores Deputados, se o Secretário do Estado, se tivesse uma denúncia que algum cidadão foi desrespeitado do ponto de vista da sua cor, por ser negro, foi um ato de racismo praticado por qualquer organismo da sociedade civil, e a entrada num bar, ou numa boate, foi barrado por ser negro, se o Secretário de Segurança Pública, ou qualquer autoridade do Governo do Estado viesse para a televisão, ou qualquer jornal, e dissesse o seguinte: "A Constituição garante que nenhum ser humano deve ser discriminado, desrespeitado pela sua cor ou pela sua raça." No entanto, não podemos fazer valer a Constituição porque infelizmente a sociedade desrespeita as pessoas de cor, e nós de certa maneira temos que nos acomodar a esta situ-

ação. Se o Secretário de Estado fizesse tal afirmação perante os órgãos de imprensa qual seria a atitude de Vossa Excelência Deputado Nelson Justus se fosse Governador do Estado? qual seria a atitude do Deputado Algaci Túlio se um subordinado seu fizesse esse tipo de declaração perante um flagrante desrespeito a um princípio da Constituição brasileira? Não tenho dúvida que Vossa Excelência exoneraria imediatamente um secretário que fizesse tal declaração. O Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira mais uma vez, não é a primeira, vem aos veículos de comunicação da sociedade paranaense desrespeitar e afrontar os princípios da Constituição do nosso País.

Vejamos o seguinte: na Folha do Paraná, do dia quinze, último, quando trata do problema relativo ao parecer e ao provimento que foi emanado do Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná, que diz o seguinte, nada mais, nada menos: deve ser observado o artigo 144 da Constituição da República, no que diz respeito a prisão de qualquer cidadão no Estado do Paraná. Quando a polícia, seja ela civil ou militar, tem que ter um procedimento que a própria Constituição norteia, para a apreensão de qualquer indivíduo, sobre qualquer acusação. Se o Deputado Algaci Tulio deixar ao seu mandato e for preso pela Polícia Civil ou militar, a Secretaria de Segurança Pública, os agentes que estão efetuando essa prisão, seja por qualquer crime ou suspeição de crime cometido pelo ex-Deputado Algaci Tulio, não no exercício de seu mandato terá que obedecer determinada formalidade. Isso vale para o Deputado Algaci Tulio e para qualquer cidadão do Estado do Paraná.

Vejam só o que diz o Secretário de Segurança Pública no dia quinze publicado na Folha do Paraná, antiga Folha de Londrina, sobre a crise da Polícia Civil com a Militar, em função que o provimento emanado pela Corregedoria, determinando a obediência do preceito constitucional - Cândido Martins de Oliveira: o provimento da Polícia Civil e da Corregedoria, que tem essa atribuição constitucional, tanto a nível Federal, como Estadual, é correto, mas exequível. Ora se o Secretário de Segurança Pública, autoridade delegada pelo Governador do Estado, está afirmando que os preceitos constitucionais do ponto de vista da garantia, da segurança e do processo jurisdicional, é inexecutável no Estado do Paraná. Me pergunto o que é executável? Aquilo que passa pela cabeça de um soldado? Aquilo que passa pela cabeça de um major? Aquilo que passa pela cabeça de um investigador? Aquilo que passa pela cabeça de um informante? Aquilo que passa pela cabeça de quem ou pela cabeça do secretário? Qual é a norma? Qual é a norma mínima para mínima para se fazer qualquer detenção no Estado do Paraná? Onde estão as

garantias dos direitos individuais, que há anos a civilização tem tentado fazer prevalecer na vida, entre a sociedade para dirimir os conflitos na sociedade.

Podemos entender que a sociedade vive em conflito: assassinatos, rupturas, completamente da norma jurídica acontecem diariamente. Há crimes motivados por diversas razões - crimes de morte, crimes horrendos. O Estado não pode ser o impulsionador e o estimulador da criminalidade e do desrespeito à norma constitucional.

O Secretário de Segurança Pública, mais uma vez, vem aos veículos de informação e com a maior tranqüilidade afirma que o preceito constitucional não será obedecido no Estado do Paraná. Porque só posso ter essa leitura. Porque se tem um princípio que diz o seguinte: não vamos mais discriminar pessoas, por opção sexual ou por cor, porque isso é inexecutável, obedecer a Legislação no Estado do Paraná, estaremos fazendo com que o Estado, na realidade, faça com que a nossa sociedade se submeta à completa anarquia.

Por isso, Senhor Presidente, venho solicitar a Vossa Excelência que designe a data e oficialize ao Secretário de Segurança Pública, para que compareça à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Porque já o foi convocado e aprovado por esse Poder. E solicito que em nome da manutenção da Constituição do Estado do Paraná e da Constituição Federal, que Vossa Excelência, em nome da Assembléia Legislativa oficialize o Secretário de Segurança Pública, Polícia Civil pedindo esclarecimentos a respeito de suas declarações na imprensa, de que o provimento de acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, não é exequível no Estado do Paraná, ou ele se retrata publicamente ou ele deixa claro quais são as normas no Estado de Paraná, não de acordo com a Constituição Federal serão obedecidas no nosso Estado. É urgente a convocação desse Secretário para prestar esclarecimentos ao Poder Legislativo. Muito obrigado e desculpe me alargar no meu pronunciamento, mas o assunto é polêmico e merece que todos nós façamos um empenho para que o Secretário venha o mais cedo possível, porque não há outra alternativa para a Assembléia, a não ser ouvir o Secretário e se não estiver satisfeita com os esclarecimentos desse Secretário, lutar aqui no Poder Legislativo para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que o Secretário e os membros da Polícia Civil e da Polícia Militar sejam convocados para prestar os esclarecimentos devidos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Dessa explanação toda e o que acabei de ler, acabei de concluir que existe efetivamente no Estado do Paraná um Poder maior da Polícia Mili-

tar. A Polícia Militar tem força, influência junto ao judiciário sobrepõem-se a Polícia Civil, inclusive, naquilo que é só prerrogativa da Polícia Civil, inclusive, naquilo que é só prerrogativa da Polícia civil. Dizem que a troca agora dos comandos da Polícia Civil foi por pressão da Polícia Militar. E por último Sr. Presidente, eu queria fazer um relato do que aconteceu durante essa entrevista, que estava acontecendo no plenarinho da Assembléia que foi autorizado pelo Sr. Presidente. Estávamos nós ali, foi pedido pela Comissão dos Direitos humanos e identificação de cada órgão da imprensa, estava lá os jornais do Paraná que se identificaram, nome dos jornalistas, imprensa que trabalhava e ao fundo tinha um moço filmando com uma câmara Panasonic-M 9.000, todos sabem que é uma filmagem doméstica. Portanto, não era um profissional, dava claramente para ver. Foi pedido a ele que se identificasse para saber o nome, e ao órgão da imprensa, ele falou sou João da Silva e sou free lancer. Naquele momento o pessoal falou ele não é do meio da comunicação; Foi solicitado documentos se negou a fornecer os documentos. Fez algumas provocações para nós todos inclusive. Eu saí da mesa acompanhei o menino, pedi a ele a documentação - pedi para que ele - forneça a documentação moço! Para saber quem você é só isso. Porque já estávamos desconfiados que aqui dentro da Assembléia estava acontecendo esse tipo de coisa, e infelizmente o moço saiu, pedimos aos seguranças da Assembléia que ajudassem. Ele saiu em corrida avançou os portões, o segurança não teve tempo de abordá-lo, foi em direção ao Palácio Iguazu e alguns órgãos de imprensa filmaram ele indo. Voltei a insistir pela documentação, ele parou junto a outro policial que estava do lado, efetivamente havia conversado com o policial e nós concluímos que era o serviço de informações da P2.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria de fazer só uma indagação essa audiência era pública?

O SR. IRINEU COLOMBO

Sim!

O Sr. Valdir Rossoni

Então não vejo problema nenhum de alguém filmando, registrando ou assistindo. A audiência sendo pública não vejo por que essa preocupação. Agora se for uma audiência secreta, que fosse limitado o número de pessoas aí tudo bem agora quando a audiência é pública nós podemos estar filmando. E não há necessidade nenhuma de pedir a documentação a não ser que vá ser tratada algumas questões, que esta comissão não tinha interesse que fosse de domínio público. Não vejo problema nen-

hum na sua preocupação. Fosse o João da Silva, o Pedro da Silva, o Pedro Alvares Cabral, poderia estar filmando porque era uma audiência pública. Estou vendo a sua preocupação desnecessária, porque não tinha nada a se esconder.

O SR. IRINEU COLOMBO

Ao contrário de V.Exa. acho de altamente preocupante alguém que despretensiosamente vai a uma audiência pública e leva uma filmadora. Isso é altamente preocupante. Se você vai a uma audiência pública e pede pra você se identificar e você não se identifica. E diz que é João da Silva. É claro que João da Silva não é o nome da pessoa. Fui lá inquerir para que ele se identificasse e ele usou palavras dizendo que eu não tinha poder para fazer aquilo, quem pagasse levava a fita.

Portanto, já requisitei a fita para identificar o moço. se é órgão oficial que se identifique. É oficial.

Hoje estávamos na reunião de transgênicos foram todos citados, porque todos se conhecem, sem problemas. Agora, em uma entrevista que o espaço foi concedido, tem lá Deputados a forma de conduta do moço era simplesmente obter informações para, novamente, incriminar o advogado do MST para fazer a perseguição depois. Ou alguém duvida que P2 não faz perseguição ao largo da legalidade. É claro que faz. No Paraná temos até Policial Militar que denunciou coisas e morreu pescando.

Concedo um aparte ao Deputado Hermes Fonseca.

O Sr. Hermes Fonseca

Se não houvesse nada de diferente no cidadão não haveria necessidade de correr, de fugir da Assembléia. isso parece mais um caso do Arapongas na época da ditadura. Eles iam nas reuniões dos partidos de oposição tentando obter informações para incriminar aqueles que realizavam as reuniões.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, gostaria que Vossa Excelência me apoiasse como Deputado. Todo momento que o Sr. estiver em dificuldades eu lhe apoiarei. Tenha certeza. Gostaria que nessa Assembléia todo ato de um Deputado quando atingido na sua dignidade tivesse o apoio de todos. O moço me ofendeu, trabalhava para a Polícia Militar do Paraná no serviço de informações. Gostaria de ter apoio como parlamentar. Só isso que peço. Apoio de todos os Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente e nobres Deputados, novamente subo à tribuna, para em parte da satisfação que hoje, nós teríamos a primeira reunião da comissão de direitos Humanos. Digo teria porque lamentavelmente hoje, não houve quorum para esta Comissão. Até por que, alguns dos Deputados, têm outras tarefas, outros afazeres e não puderam comparecer.

Porém, pessoalmente, vou procurar cada um dos membros dessa Comissão, para que possa marcar um horário comum, que todos possamos no maior número possível dos componentes da Comissão, para tratar de assuntos que com certeza creio que são de suma importância.

Inclusive, hoje, um dos assuntos que iríamos abordar em Comissão e eu aproveito e tendo o conhecimento para os demais, nobres companheiros desta Casa.

É que eu recebi de um grupo de um movimento popular, um enorme dossie, encaminhado à minha pessoa, como Presidente da Comissão e aos membros, não só da Comissão de Direitos Humanos aos Parlamentares.

(Lê):

“AO

EXMO. SR. DEPUTADO

EDSON PRACZYK

DD PRESIDENTE DA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

N/CAPITAL

Prezado Senhor.

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria, dossiê de casos de violência, na grande maioria de policiais, para solicitar ajuda na cobrança da elucidação de todos os casos.

Na grande maioria, os casos se encontram sem qualquer solução, o que deixa as famílias incrédulas na eficiência da Justiça, e revoltadas em saber que inocentes perderam suas vidas na mão daqueles que tem a obrigação de os proteger.

Mas o nosso maior objetivo, é o de manter esta Comissão de direitos Humanos, para os novos casos que continuam acontecendo, pois acreditamos que, enquanto a impunidade continuar, mais vidas continuam em risco.

Não sabemos quem está dando o direito à polícia de matar, não é esse o seu papel, mas sim o de proteger a todos nós.

Solicitamos, encarecidamente, a esta Comissão de direitos Humanos, que acompanhe estes e os novos casos, no sentido de exigir a expulsão do

quadro da polícia tanto Civil como Militar, de elementos envolvidos em tais crimes.

O Fórum contra a Violência foi criado, na esperança de que as famílias vítimas dessas violências, possam dar a sua contribuição, no sentido de amenizar um pouco o momento que estamos vivendo.

Não é uma entidade legalmente constituída, até porque não necessitamos de dinheiro para dar continuidade ao nosso trabalho, que é o de dar apoio uns aos outros, com a ajuda de amigos, para conseguirmos continuar vivendo diante de tão grandes tragédias, que se abateram sobre nós, e a esperança de contribuirmos para que outras famílias amanhã não tenham que ingressar no Fórum, também vítimas dessa mesma violência.

Certos de sua especial atenção, e de que esta Comissão dará ao assunto a melhor acolhida possível, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) ELISABETHA C.F. ZANELLA
membro do Fórum Contra a Violência”

E o dossiê ele vem, composto de fotos e recortes de jornais, onde 12 dos principais casos, dos muitos são relatados entre os quais eu destaco, do jovem Raphael Rodrigo Zanella, que se tornou, assim, um assunto de conhecimento nacional e, porque não dizer rompeu as fronteiras do nosso País.

Então, estou aqui dando manifestação aos nobres pares e à imprensa e à população em geral que estamos nos articulando, nos organizando para que se torne o mais eficiente possível o trabalho desta Comissão de Direitos Humanos uge embora hoje, por falta de quórum não tenha sido possível se pronunciar mas, com certeza, nos organizaremos e estaremos tratando com atenção especial este caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PSC, PDT, PSDB, PMDB.

(**Declinam**)

Pelo PFL, com a palavra o Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Primeiramente gostaria de dizer ao Deputado Irineu Colombo, que é preocupante a agressão que ele sofreu neste parlamento e que ele conte com o apoio não só dos Parlamentares como também do Deputado Nelson Justus, vice-Presidente desta Casa e do Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa.

Quero dizer também ao Pastor Edson que é preocupante o dossiê sobre a prática de violência de policiais contra algumas famílias e também é preocupante as viúvas de policiais que também foram assassinados por bandidos no Estado do Paraná e também clamam por direitos humanos.

São dois elos que não se compartilham, não dão liga, polícia é polícia, e bandido é bandido.

Poderemos ouvir as vítimas que sofreram violência dos policiais e quero também ouvir as viúvas de vários policiais que honram a farda que vestem, dão a vida pelo seu distintivo e pela Polícia Militar.

E, estas viúvas, também tem o direito de conclamar a nossa comissão para exigir os seus direitos constitucionais.

São viúvas de policiais que nunca receberam a visita de uma Comissão de Direitos Humanos.

São viúvas de policiais que nunca receberam no sepultamento de um policial que no cumprimento do seu dever deram a vida para defender a família brasileira do meu Estado.

Recentemente no norte do Paraná, um policial foi covardemente baleado na cabeça por marginais que assaltaram um banco e ele está internado e a esposa clama pelos seus direitos constitucionais.

Concordo com Vossa Excelência porque o policial não pode violentar os direitos das famílias e o bandido também não tem o direito de violentar as nossas famílias.

Em São Paulo, esta semana, dois traficantes para tomar uma escola, deram 6 tiros numa policial, 3 tiros numa outra, um tiro numa criança de 6 anos e um tiro numa de 4 anos, para fazer da escola um ponto de venda de Cocaína, Maconha e Crac.

Um dos bandidos já foi preso com a arma da policial, quer dizer, ela estava no cumprimento do seu dever e ela tem direito também à justiça.

E, ele tem que pagar pelo crime que cometeu.

Então, digo a Vossa Excelência que estarei do seu lado. O Policial que não presta tem que pagar pelo erro que cometeu.

Por isso que sou a favor que se desarme os bandidos do meu País, para depois desarmar a família que presta na Nação brasileira.

O Sr. Pastor Edson Praczyk

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Agradeço a oportunidade do aparte e tinha certeza absoluta de tê-lo nas fileiras daqueles que comigo, com os demais se uniriam para a defesa do que é justo, do que é correto, enfim, colocou o senhor sobre o bom policial, o policial que honra a farda que veste, como bem colocou Vossa Excelência. Sem dúvida a Comissão de Direitos Humanos tem que estar do lado daqueles cujos direitos foram violados. O bom policial, a exemplo, como bem

colocou o senhor e aqueles infelizmente foram os maus policiais atingidos.

Então, quero agradecer em público, e já em público confirmar que procurei Vossa Excelência e os demais membros, para que possamos ter um horário comum para que possamos levar adiante e tornar funcional mesmo a Comissão de Direitos Humanos. Se outrora, em outras épocas que não me interessa não estiveram presentes, pelo menos sendo solidárias às vítimas dos policiais que cumprindo o dever foram friamente exterminados, atingidos, então a Comissão vai passar a estar presente ou então pelo menos mandar um representante.

Agradeço a Vossa Excelência e conto de fato e de verdade com Vossa Excelência e demais componentes da Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

E espero também que esta Casa que se o meu amigo, meu particular amigo o Deputado Irineu Colombo sofreu uma violência por parte de alguém que o agrediu a obrigação da Comissão de Direitos Humanos também tem que preservar a integridade deste parlamento, porque este parlamento não é palhaço, este parlamento exige respeito.

Quem nos colocou aqui é a família brasileira do Paraná. Este parlamento é inviolável. Estamos aqui para defender com caráter, com honra, com dignidade e com lealdade a família brasileira do meu Estado.

Muito obrigado, Excelência, meu Presidente, Deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda dentro do Horário do PFL, com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, gostaria de aproveitar e solicitar a generosidade, a bondade de Vossa Excelência e da Liderança do PTB para também, acreditando que o Horário do PFL está praticamente esgotado, avançar no Horário do PDT.

A razão de estar ocupando esta tribuna, Senhor Presidente, é para enaltecer hoje com votos de louvor e congratulações que já encaminhamos à Mesa a figura do Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, que foi reconduzido à presidência da poderosa FIEP, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Acredito que no momento em que se debatem os assuntos atinentes a industrialização do Estado para a busca, a solução, encontrar uma solução para a questão do desemprego, quando brilhantemente ouvimos a fala do nosso companheiro Elio Rusch, que como poliglota, trouxe aqui frase na língua

alemã e outros companheiros que usaram desta tribuna, percebemos a preocupação crescente da necessidade da geração de empregos em nosso Estado e conseqüentemente no nosso País.

Ora, sabemos sem sombra de dúvidas que é através da industrialização, é através do melhor parque industrial que infelizmente hoje ainda se encontra em fase de mudanças, porque ainda se encontra sucateada sem forças para competir com os poderosos que vêm da Ásia e outros países é evidente que a busca da adequação e da modernidade do nosso parque industrial somente será possível através destas parcerias e de outras formas que possam atrair as indústrias de outros países, e de tecnologia, somando com a tecnologia e a mão-de-obra ainda barata neste País, Brasil.

É nesta hora que acredito que precisamos encontrar a somatória de esforços de todos os Parlamentares sem olhar para as cores partidárias, ou as divergências, olhando para o crescimento do nosso Estado, para ver nele o desenvolvimento que tanto almejamos, porque nobre Presidente e Senhores Deputados, temos responsabilidade de entregar para nossos filhos um Estado desenvolvido. Nessa hora, então, não poderia ser mais justa a homenagem ao Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, que é o retrato do cidadão paranaense que veio do interior e lutou, venceu e é um exemplo de trabalho, de dedicação.

Gostaria neste momento, não só de encaminhar, votos de congratulações ao Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, mas deixar aqui o registro desta tribuna da minha grande admiração por esta figura que tem acrescentado muito à modernidade, ele que foi um dos mentores do MERCOSUL, ele que tem ocupado cargos de extrema relevância no desenvolvimento do parque industrial paranaense, e que conseqüentemente é o que de fato tem gerado empregos, porque não fica somente no discurso, mas de forma efetiva procura encontrar saídas para que as nossas indústrias possam ter o seu pleno desenvolvimento.

Fica aqui o meu voto de congratulações, mais do que isso, o minha admiração por esse homem que tanto tem contribuído para o crescimento do nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Takayama, Presidente Nelson Justus, Deputados.

Quando se fala em José Gomes de Carvalho, o Carvalhinho, esse Carvalhinho é o sinônimo de trabalho. O Carvalhinho já foi Secretário de Estado, já foi Senador, e diga-se de passagem quando o Carvalhinho foi Senador, foi o Senador que regulamentou em tempo recorde os "royalties" da Itaipu

Binacional que o Estado do Paraná e os Municípios do Paraná recebem hoje. Isso o Paraná deve a esse empresário dinâmico, audacioso Carvalhinho. O Carvalhinho, quando foi candidato a Senador, fez questão de levar estampado, e levou como logotipo o seu símbolo, logotipo de campanha, a Carteira de Trabalho, porque o primeiro trabalho que o Carvalhinho teve como cidadão e como brasileiro, foi ser um "office-boy" de uma das grandes redes de comércio do Brasil.

O Carvalhinho nunca se envergonhou disso e foi trabalhando em favor das empresas onde ele era empregado que conseguiu também as suas empresas, e hoje ele é dono de uma grande rede de empresas do Estado do Paraná.

A Federação das Indústrias está muito bem representada na pessoa do Carvalhinho, foi seu Presidente, foi reconduzido por mais quatro anos, quem ganha não são as indústrias, não é a Federação, quem ganha é o Estado do Paraná.

E quando falamos da industrialização do Estado do Paraná, Senhor Presidente, podemos falar da Vossa Excelência, Nelson Justus, porque quando Jaime Lerner foi eleito Governador do Paraná em 94, ele convidou Vossa Excelência para ser o seu primeiro Secretário da Indústria e Comércio, e o Governo do Estado, em parceria com a iniciativa privada, em parceria também com a Federação das Indústrias e com todas as entidades representativas do nosso Estado, conseguimos transformar o perfil econômico do nosso Estado, no qual Vossa Excelência, Nelson Justus, também teve a sua participação com o governo do Estado.

Mas o Carvalhinho é digno de ser reconhecido e merece não só o reconhecimento desse parlamento, mas o reconhecimento de toda a sociedade do Paraná e não só da classe empresarial, porque o Carvalhinho entende que o capital e o trabalho devem andar juntos.

Somente assim nós tiraremos o Brasil da crise. Muito obrigado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Muito obrigado, companheiro Elio Rusch.

Foi também muito louvável a lembrança do nome do Senhor Nelson Justus, porque o Paraná nunca viu tamanho crescimento e evolução no seu gráfico do crescimento da indústria no Estado, no período em que Vossa Excelência, o Deputado Nelson Justus ocupou a pasta da Indústria e Comércio.

É nesta parceria, através desses homens brilhantes, que vamos vendo o crescimento do nosso Estado.

Acho que é propícia a minha fala nesse instante, de conclamar não somente aos companheiros do nosso partido, mas de todos os demais partidos, mesmo nas divergências de cores, idéias e

ideologias - cada um, evidentemente, sob a mesma ótica e seu prisma, procurando o pleno desenvolvimento, dentro da sua filosofia e no campo das idéias, procurar as soluções para o nosso País.

Estive recentemente, aproveitando esse período de férias de inverno, visitando alguns Estados, que imaginávamos nós, aqui, no País, estavam em estágio de subdesenvolvimento.

É notório que a região Sul do País é a parte mais industrializada. Mas ao visitar alguns Estados percebi o crescimento acelerado de desenvolvimento, como o Estado do Tocantins, um dos Estados mais recentes criados na nossa Federação e também no Estado de Pernambuco, para ver o perfil de crescimento e as diferenças, em comparação ao nosso Estado do Paraná.

Percebi, indo até a região do Pará, Tocantins, por serem Estados vizinhos, o desenvolvimento daquela Região.

Cheguei a estar naquela região onde houve o massacre de Carajás, para ver as cidades como: Curionópolis e Eldorado dos Carajás.

Percebi o crescimento tremendo no processo da modernização e do progresso da região, daquelas cidades.

Encontrei ali muitos prefeitos, parlamentares e praticamente uma Câmara Municipal inteira, em sua maioria constituída uma Câmara Municipal inteira, em sua maioria constituída de paranaenses, percebendo, então, o quanto o Paraná tem contribuído para o desenvolvimento de outros Estados.

O que me levou nessa caminhada, para conhecer um pouco mais, para fazer pelo menos uma avaliação, através da comparação - estive no Estado de Pernambuco, vi também ali o franco crescimento e o progresso de um Estado, que é tido por nós, do Sul, como se fosse uma região mais inferiorizada, no sentido de crescimento industrial.

Procurei saber, Senhor Presidente, porque razão há um crescimento tremendo naquela região: avenidas, vias duplas asfaltadas, empresas multinacionais estão em toda aquela região, mostrando o perfil da economia daquela região.

Pude saber, que nessa hora, a razão do crescimento é que na hora das reivindicações, para um Estado como Pernambuco, situação e oposição se fundem, e se unem pelo interesse comum no desenvolvimento do Estado.

Nessa hora, quero aproveitar a ocasião para pedir aos meus irmãos, ainda que estejam sob a busca do desenvolvimento de cores e ideologias diferentes, entender que é hora de somarmos esforços, para trazer e colocar o Paraná no lugar que ele merece.

Por algumas razões é o quarto ou quinto Estado no País, em arrecadação.

É também um dos primeiros em produção de grãos no País.

É um Estado que contribui efetivamente para o nosso País, mas muitas vezes as verbas do Governo Federal, que deveriam ser canalizadas para o nosso Estado, não vêm quem sabe pela nossa desunião. É hora de convocarmos uma reunião entre nós Parlamentares, para buscarmos exatamente esse desenvolvimento tão necessário e merecido a já tão sofrida população do Estado do Paraná.

Quero aqui concluir, deixando esse pensamento também, dizer aos nobres Parlamentares que no dia 16 segunda-feira, houve a comemoração do dia do Evangélico em Rio Branco do Sul, transformado em projeto de Lei, através dos vereadores Dinart Pedroso, Iaraslei Culmim (?) não são evangélicos esses dois vereadores, trouxeram projeto para a Câmara Municipal e foi sancionado no dia 16, numa ação do Preferido João Dirceu Nazari. Sei que ao usar a Tribuna e falar sobre o dia Evangélico, aparentemente venha mostrar uma tendência discriminatória, mas não é essa intenção e nem é esse o meu pensamento, mesmo porque vivemos numa sociedade democrática. Mas acredito que o chamado dia do Evangélico ele se torna válido, Senhor Presidente, porque não há na sociedade brasileira um organismo que tenha contribuído mais para esse país, para o Estado, sem ônus para os cofres públicos, do que os evangélicos que têm contribuído de forma efetiva na reintegração de pessoas sem a menor perspectiva de vida para a sociedade. Está aqui nobre companheiro Luiz Carlos Alborghetti percebemos que a ação policial é necessária, mas é uma parceria, uma somatória de esforços. Sabemos que não há cadeia, nem penitenciária que consiga recuperar uma vida, não é ferro, nem concreto que recupere uma vida, se não houver uma mudança interior de mentalidade. E quando o indivíduo não tem nada a perder, porque ele se sente um animal alojado evidentemente, ele vai descambar exatamente para a sarjeta e para uma vida de sub-mundo. Então a Igreja Evangélica tem contribuído, sem ônus para o Estado, de forma efetiva para a recuperação de vidas. Pessoas que não tinham perspectiva de vida. A Igreja Assembléia de Deus tem mais de oitenta instituições entre casas de recuperação de drogados, asilos, orfanatos, creches e agora primeira faculdade da Assembléia de Deus. Sem contar com ao Hospital Evangélico e outros organismos que contribui de forma efetiva.

Acho válido a comemoração do dia do Evangélico em Rio Branco do Sul. Parabéns a sociedade riobranquense e ao Prefeito João Dirceu e aos Vereadores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PSC, do PSDB.

(**Declinam**)

Essa presidência anuncia com satisfação a presença do Prefeito de Sertaneja o Senhor Renato Tavares e dos Vereadores Durival Almeida e Jair Leme Presidente da Câmara de Sertaneja. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 166-DHT-99, subscrito pelo Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente, solicitando Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor José Polini, no dia 04.09.99, às 19:30 horas, no templo da Igreja Evangélica Assembléia de Deus da Cidade de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 365/99 de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres José Geraldo Braga, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/99, de autoria do do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação a ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Profissionais, Pais e Amigos da Criança Especial, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 76 de 22.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 350/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Profissionais, Pais e Amigos da Criança Especial, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Francisco Ramos, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 30.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 376/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Francisco Ramos, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 382/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Ação e Promoção Social "Vó Durvina", com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 382/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Departamento de Ação e Promoção Social "Vó Durvina", com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a lei nº 6994/78, alterada pela lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Cruzeiro, com sede no Município de Cambira e foro no Município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86 de 03.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 392/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Cruzeiro, com sede e foro no Município de Apucarana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda porostar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Tommaso Reggio da Congregação das Irmãs de Santa Marta", com sede e foro na Cidade de Ibiaporã. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86 de 03.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 397/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Civil Tommaso Reggio da Congregação das Irmãs de Santa Marta, com sede e foro na Cidade de Ibiaporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1809, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Ricardo Chab, Hermes Fonseca e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1776 a 1781, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Para Encaminhar.

Conversamos com o Deputado Péricles Mello e propusemos que essas informações o Secretário de Obras gostaria de fazer pessoalmente ao Deputado.

Então faço aqui um pedido ao Deputado, para a retirada desse requerimento e na terça-feira, às 14 horas, o Secretário de Obras estará na Liderança do Governo prestando as informações, se assim, o Deputado desejar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Vou retirar o requerimento em virtude do acordo que fizemos com o Líder do Governo. Vamos conversar com o Secretário, que é o nosso amigo de Ponta Grossa, Augusto Canto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta o Deputado Péricles Mello, no que diz respeito aos outros cinco requerimentos.

O SR. PÉRICLES MELLO

Os requerimentos dizem respeito a concessão das rodovias. Tenho a palavra do Líder do Governo, que ele pode ir até o DER pegar os documentos.

Então em função disso vamos retirar também.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de justificar essa atitude pedimos ao Deputado de que não aprovássemos esse requerimento, porque o volume de documentos sobre os lotes do Anel de Integração é muito grande.

Então estamos colocando um técnico à disposição, para que o Deputado possa fazer uso dos documentos e fazer as suas devidas investigações ou verificações que se fizerem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Então estão retirados os requerimentos.

Requerimento nº 1790, de autoria do Senhor Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1791, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1793 a 1796, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1799, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1800, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1801, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1803, 1814 e 1815, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1804, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1805, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1806 e 1807, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1808, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1811, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1774, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Com sua discussão adiada também o requerimento do Deputado Chico Noroeste. O envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, da mesma forma fiz um contato com o Deputado Chico Noroeste, e até para adiantar as informações, se o Deputado assim desejar retirar o requerimento, prestaremos as informações, já na próxima semana.

O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)

Tendo em vista que as informações, conforme conversa com o Líder do Governo, chegou bem mais rápido a mim. Concordo com a proposta do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 350, 368, 376, 382, 392 e 397/99.

Levanta-se a sessão.